

NORDESTE: A 79a. NAÇÃO

Pedro Jorge Ramos Vianna()*

Resumo: O presente artigo tenta mostrar a situação sócio-econômica do nordeste brasileiro, quando comparado com o Brasil e alguns países subdesenvolvidos. As comparações são feitas com dados anteriores a 1960 e com dados referentes a 1976. As variáveis objeto de comparação são: renda "per capita" (ou produto "per capita"), valor da transformação industrial, renda interna, remuneração média da PEA, disponibilidades de estradas pavimentadas, potência energética instalada, número de telefones, abastecimento d'água, serviços sanitários, gastos públicos federais totais, com saúde e com educação, empréstimos oficiais para o desenvolvimento, investimentos fixos aprovados pelo CDI, expectativa de vida, taxa de mortalidade, número de matrículas no primeiro grau e no ensino superior, número de médicos e leitos hospitalares. Com o auxílio do estudo de Ruth L. Sivard, estima-se a classificação do Nordeste no contexto das 140 nações analisadas por Sivard.

INTRODUÇÃO

Após duas décadas de planificação da economia nordestina, os resultados obtidos não podem, na opinião de vários estudiosos da problemática da Região, ser considerados dos mais auspiciosos.

Na verdade, a análise de diversos aspectos econômicos e sociais do Nordeste mostra que houve uma transformação bastante acentuada na Região nestas últimas duas décadas. Em termos dos aspectos econômicos, principalmente de infra-estrutura, as transformações são irrefutáveis. O Nordeste é

* O autor é Professor Assistente do Departamento de Teoria Econômica da UFC e Técnico em Desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

hoje uma região plenamente integrada ao resto do País. Estradas pavimentadas de boa qualidade cortam a Região em todos os quadrantes. Os nordestinos já se comunicam com todo o País e com inúmeros países estrangeiros, através de um perfeito sistema de comunicações. O número de estudantes universitários teve um acréscimo sem precedentes. O parque industrial da Região já é bastante diversificado.

Entretanto, há atualmente uma opinião generalizada, entre a maioria dos economistas que estudam o desenvolvimento do Nordeste, de que o crescimento da Região foi insuficiente. A imprensa, periodicamente, veicula opiniões das mais diversas autoridades acerca do "fracasso" da planificação da economia da Região. E até algumas autoridades federais já vieram a público contestar o papel dessa planificação, o mecanismo de incentivos fiscais ou o próprio desenvolvimento do Nordeste. Qual o porquê de tudo isso? Terá sido, realmente, insuficiente todo o esforço dispendido na concepção e execução dos programas e planos de desenvolvimento econômico do Nordeste? ✕

Neste trabalho tentar-se-á mostrar alguns resultados obtidos pela economia nordestina após 1960, objetivando comparar tais resultados com aqueles obtidos pela economia brasileira, bem como fazer um paralelo entre a situação nordestina nos meados dos anos cinquenta e nos meados dos anos setenta, no que se refere a comparações da economia do Nordeste com a economia de alguns países subdesenvolvidos.

Antes de tentar-se quantificar os resultados dessa planificação, é preciso que se faça alguma consideração acerca do conceito de desenvolvimento econômico.

Quando os economistas falam em desenvolvimento econômico, geralmente, o fazem em termos comparativos e, geralmente, o objeto da comparação são alguns parâmetros econômicos, tais como: Produto Interno Bruto (PIB), Renda "per capita", Valor da Transformação Industrial (VTI), etc. Estas variáveis econômicas não representam, no entanto, o nível de bem-estar da população, de forma que a comparação entre a mesma variável para duas regiões diferentes (ou países) pode, na realidade, nada significar.

O uso universal do produto (ou renda) "per capita" como medida de desenvolvimento econômico parece ter-se baseado nas hipóteses de que o crescimento do produto se diluía, de uma maneira ou outra, por toda a população ou que, quando isso não ocorria, o governo adotava medidas compensató-

rias. Estas hipóteses parece não terem sido confirmadas universalmente, razão por que, atualmente, já se procuram outros indicadores para se medir o crescimento econômico. Além disso, como esse crescimento deve ser uma medida relativa, as comparações da renda (ou produto) “per capita” inter-países não são de todo realistas, porque as taxas oficiais de câmbio não medem o poder de compra relativo interno, tendo em vista que grande parte das variáveis que integram o PNB não entra no comércio internacional.

Mesmo para comparações inter-regionais, o PIB ou Renda Interna não mede o poder de compra interno (ou o poder de satisfação das “necessidades básicas”) de cada região.

Entretanto, nas análises feitas sobre a economia nordestina, a medida do subdesenvolvimento da Região tem sido invariavelmente detectada através da comparação entre a renda (ou produto) do Nordeste e a renda (ou produto) do Brasil ou de alguns países ditos subdesenvolvidos.

Assim, já em 1954, H. W. Singer,¹ em estudo para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, fez uma primeira tentativa de comparação entre a renda nordestina e a renda de alguns países subdesenvolvidos. No capítulo VIII de seu estudo, assim se expressa aquele técnico: “Os dados sobre a renda nacional nos quais nos temos baseado, obtidos da Fundação Getúlio Vargas, situariam o Nordeste num meio termo entre as partes mais prósperas da Índia – Paquistão (tal como o Punjab) e a Turquia. Minas impressões confirmaram esta expectativa. É possível mesmo que tais cifras da renda nacional estejam um pouco subestimadas e os níveis gerais nordestinos se aproximem mais dos da Turquia . . .”.

Em 1956, Carlos Brandão da Silva,² escrevia: “... para o ano de 1952 a renda “per capita” nordestina era de US\$84. Comparada com dados de países subdesenvolvidos teríamos o Nordeste ao lado dos seguintes:

Equador	US\$ 144
Paraguai	US\$ 130
Ceilão	US\$ 109
NORDESTE	US\$ 84
Haiti	US\$ 65
Índia	US\$ 57

¹ SINGER, H. W.; Estudo sobre o Desenvolvimento Econômico do Nordeste. BNDE, Rio de Janeiro, 1954.

² SILVA, C. B. da; Análise Estrutural da Economia Nordestina. BNB/ETENE, Março de 1956.

A renda “per capita” nordestina, portanto, é menor que a do Equador, Paraguai e Ceilão. Em termos de Brasil, aquele autor argumenta: “A renda “per capita” do nordestino representava pouco mais de 48 por cento da do brasileiro em geral, em 1950”.

Em seu Relatório Final para a ONU, em 1957, Stefan H. Robock³, escreveu: “. . . em 1953 a renda média “per capita” representa apenas 43 por cento da renda média para o Brasil, ou cerca de US\$ 80 por ano. Com 32 por cento da população do Brasil, o Nordeste contribui com menos de 14 por cento da renda nacional. Este baixo nível de renda coloca o Nordeste do Brasil entre as áreas mais subdesenvolvidas do mundo, abaixo da Paraguai e Equador e não muito acima dos níveis de renda da Índia e Burma”.

No primeiro grande estudo sobre a situação sócio-econômica do Nordeste, elaborado em 1959 pelo GTDN,⁴ pode-se encontrar novamente comparação entre o nível de renda do Nordeste e a renda de alguns países subdesenvolvidos. Assim, à pág. 16 daquele estudo, pode-se ler: “A renda ‘per capita’ do Nordeste, convertida a uma taxa adequada de câmbio, não alcançava 100 dólares em 1956, o que indica que essa região se inclui entre as menos desenvolvidas do hemisfério ocidental. Na verdade, o Nordeste brasileiro constitui a mais extensa área de baixo nível de desenvolvimento do continente americano. Com renda ‘per capita’ similar encontram-se, na América do Sul, a Bolívia e o Paraguai; na América Central, Honduras e, no Caribe, o Haiti. Entretanto, a significação do Nordeste, no quadro do desenvolvimento latino-americano, salta à vista se se tem em conta que a população de todos esses países, considerada em conjunto, não alcança metade da nordestina”. Ressalte-se que o GTDN, em termos nacionais, não comparou a renda nordestina com a renda do Brasil, mas sim com a renda do Centro-Sul. De acordo com aquele estudo, em 1956, a renda “per capita” do nordestino era da ordem de 32 por cento da renda “per capita” dos centro-sulinos.

Temos acima alguns exemplos de argumentação que não são, por si, muito reveladores. De acordo com os autores citados, em meados dos anos cinquenta o Nordeste teria renda “per capita” superior à da Índia, Paquistão, Haiti, Honduras e Burma e inferior à da Ceilão (hoje Sri Lanka), Bolívia, Equador, Paraguai e Turquia. Com relação ao Brasil, a renda do nordeste-

³ ROBOCK, S. H.; “Economic Development in Northeast Brazil”. United Nations, Report No. TAA/BRA/3, February 1957.

⁴ GTDN, *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. Presidência da República, 1959.

tino situava-se em torno de 48% da renda do brasileiro. Mas, o que isso significa? Na realidade, a informação de que a renda "per capita" do nordestino é a metade da renda do brasileiro em geral, por exemplo, não tem nenhum significado se não se souber o poder de satisfação das necessidades da sociedade que cada uma dessas rendas representa.

A variável relevante para efeito de comparação, nestes casos, deveria ser o nível de bem-estar da sociedade. Entretanto, medir esta variável é, no atual estágio da Teoria Econômica, ainda completamente irrealizável. Como então fugir a esse impasse?

Já em meados dos anos sessenta, os economistas começaram a envidar esforços na busca de melhores indicadores para a mensuração do estágio de desenvolvimento econômico dos países ou regiões. Entretanto, foi a partir do início da década de setenta que tais esforços se intensificaram e vários índices para medir o bem-estar de uma comunidade foram publicados.

Assim, em 1972, D. V. McGranaham e Associados⁵ estimaram o que foi chamado de "Development Index". Este índice consistia em uma composição de 9 indicadores econômicos e 9 indicadores sociais, cuja escala de variação exigia um complicado sistema de "pontos de correspondência", razão por que sua utilização não grangeou grande número de adeptos. Também, em 1972, James Tobin e W. Nordhaus⁶ sugeriram uma adaptação do PNB como uma medida do bem-estar econômico, a qual eles denominaram "Measure of Economic Welfare" (MEW). Este indicador seria obtido através da subtração, no cálculo do PNB, de gastos com atividades que não dizem respeito diretamente ao bem-estar da população, enquanto adicionava, por exemplo, valores positivos para o lazer e os serviços de bens duráveis. Tal indicador, obviamente, se torna praticamente impossível de ser calculado, sem uma forte dose de arbitrariedade.

Em 1976, Graham Pyatt e Erik Thorbecke⁷ desenvolveram uma matriz, à moda tradicional da matriz de insumo-produto, onde os fluxos de pagamentos feitos pelos setores produtivos para os diferentes receptadores

⁵ McGRANAHAM, D. V. et alii; *Contents and Measurement of Socioeconomic Development*, a UNRISD Study. Praeger Publishers, N. Y., 1972.

⁶ TOBIN, J. & NORDHAUS, W.; *Economic Growth*, NBER, General Series No. 96, vol. 5, 1972.

⁷ PYATT, G. e THORBECKE, E.; "The Social Accounting Matrix", em *Planning Techniques for a Better Future*. International Labor Office, Geneve, 1976.

de renda são subdivididos em três grandes segmentos. a) estrutura de produção (subdividida por setores ou atividades); b) distribuição do valor adicionado pelos fatores de produção; e c) distribuição da renda familiar. O defeito deste indicador é que, além de exigir um grande volume de dados, ele continua usando o PNB como medida de bem-estar.

Por último, em 1979, M. D. Morris⁸ publicou um estudo no qual ele propõe o uso de um índice, chamado "Índice da Qualidade Física de Vida" (IQFV), como medida do bem-estar social de um país ou região. Este índice se compõe de três indicadores: expectativa de vida, mortalidade infantil e taxa de alfabetização. Seu cálculo requer um sistema de indexação baseado na seguinte metodologia: para cada indicador, a **performance** de um país individual é definida em uma escala de 0 a 100, onde 0 representa a "pior" situação e 100 representa a "melhor" situação. Depois que cada indicador é transformado para essa nova medida, calcula-se o IQFV que é, simplesmente, a média aritmética desses três novos indicadores. A principal crítica que se faz a este índice é que não existe justificativa racional para se darem pesos iguais à taxa de mortalidade infantil, expectativa de vida e à taxa de alfabetização. Uma outra crítica que se pode levantar é que a "pior" ou "melhor" situação dependerá fundamentalmente da amostra (países e anos envolvidos) com a qual se está trabalhando.

Desta forma, não se tem ainda um consenso do que deveria ser a medida do bem-estar econômico e social da população de qualquer país. O certo é que há uma conscientização de que somente a renda (ou produto) "per capita" já não deve ser a única variável a ser tomada como medida de desenvolvimento econômico. Outros indicadores, tais como, expectativa de vida, taxa de alfabetização, matrículas no ensino primário, mortalidade infantil, oferta de calorias "per capita", percentagem da população servida com água potável, percentagem da população servida com instalações sanitárias, etc., devem ser tomados como complementares à renda, quando se quiser analisar o nível de desenvolvimento de um determinado país ou região.

Neste trabalho, como se está interessado em, se não medir, pelo menos vislumbrar os efeitos, em termos sócio-econômicos, do planejamento econômico implantado no Nordeste no começo dos anos sessenta, foram eleitos quatro conjunto de indicadores para comparações em termos temporal e espacial. Assim, sempre que a disponibilidade de dados o permita, analisar-

⁸ MORRIS, M. D. ; *Measuring the Condition of the World's Poor*. Overseas Development Council. The Pergamon Press Ltd., Oxford, 1979.

-se-á o comportamento desses indicadores, para o Nordeste, ao longo do tempo, fazendo-se concomitantemente, a comparação Nordeste-Brasil. Em termos de comparações com outros países que não o Brasil, utiliza-se o estudo de Ruth Leger Sivard⁹ para estimar a posição do Nordeste (para o ano de 1976) face aos países citados por Singer, Silva, Robock e GTDN, bem como situá-lo no contexto das 140 nações analisadas por Sivard.

Tendo em vista, portanto, o objetivo acima, escolheram-se os seguintes conjuntos de indicadores: o primeiro conjunto é constituído das variáveis que representam produto ou renda; no caso, Renda Interna, Renda "per capita", Valor da Transformação Industrial e remuneração média da População Economicamente Ativa (PEA). O segundo conjunto se compõe de variáveis que indicam a disponibilidade de serviços básicos para a população. O terceiro conjunto é formado por variáveis que indicam o esforço do Governo ao longo dos anos em prover a população de um melhor nível de vida. O último conjunto é constituído de variáveis sócio-econômicas, tais como: expectativa de vida, taxa de escolaridade, taxa de mortalidade, etc. Como se pode deduzir facilmente, o primeiro conjunto é constituído daquelas variáveis econômicas que por si só nada dizem mas que, analisadas ao longo dos anos, podem dar uma idéia do crescimento econômico da Região. O segundo conjunto poderia representar uma medida de bem-estar econômico. O terceiro conjunto possibilitará uma visualização do esforço governamental no sentido de satisfazer algumas necessidades fundamentais da sociedade, enquanto que o quarto e último conjunto engloba aquelas variáveis sócio-econômicas que podem representar o nível de bem-estar social da população.

Infelizmente, os dados estatísticos no Brasil não são apresentados com a continuidade desejável (principalmente para o Nordeste); por isso é que alguns parâmetros aqui apresentados não o são em séries temporais muito longas. Para alguns deles a indisponibilidade de dados é quase total, razão por que eles são apresentados para uns poucos anos. Apesar dessas falhas, entende-se, entretanto, que os parâmetros analisados oferecem uma visão razoável do que foram os efeitos da planificação da economia nordestina nos quatro últimos lustros.

⁹ SIVARD, R. L.; *World Military and Social Expenditures, World Priorities*, Virginia, 1979.

A POSIÇÃO NORDESTINA NO CONTEXTO NACIONAL

AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS

Tendo em vista que os autores citados anteriormente se restringiram, em suas análises, à comparação com a renda "per capita", escolheu-se esta variável como o principal parâmetro desta investigação, naquilo que diz respeito às variáveis econômicas.

Os dados sobre renda utilizados inicialmente foram publicados pela Fundação Getúlio Vargas, através da revista *Conjuntura Econômica*.¹⁰ Os dados publicados pela FGV cobrem, para o Nordeste, o período 1939-1947/1970, enquanto que, para o Brasil, tem-se o período 1939-1947/78. Partindo dos dados publicados na *Conjuntura Econômica* (Tabela A1) e das estimativas de População do BNB/ETENE (Tabela A3), calculou-se a renda "per capita" do Brasil e do Nordeste, cujos resultados são mostrados na Tabela 1.

A comparação Nordeste-Brasil-Países Subdesenvolvidos exigia, entretanto, a disponibilidade de dados para 1976 (ano de referência do estudo de Sivard). Assim, estimou-se a renda interna do Nordeste (veja Tabela A2) partindo dos dados do Produto Interno Bruto (a custo de fatores) publicados pela SUDENE.¹¹ Para tanto, admitiram-se duas hipóteses básicas: a) a renda líquida enviada ao exterior (RLEE) e os impostos indiretos menos subsídios (II-Sub.), ambos eram iguais a zero; b) a depreciação era igual a 5% do PNB (hipótese de trabalho da FGV para a confecção das Contas Nacionais), no que se refere à economia nordestina. Assim, pôde-se construir a Tabela A2, com dados de renda interna e produto interno bruto (a preços de mercado) para o Nordeste (dados estimados) e Brasil (dados publicados pela FGV). A conjugação das Tabelas A2 e A3 resultou na Tabela 2.

Como se pode observar facilmente, os dados de renda interna estimados via SUDENE são bem superiores àqueles estimados pela FGV. É que, como bem já havia notado Singer,¹² os dados da Fundação estão subesti-

¹⁰ FGV: *Conjuntura Econômica*, vols. 25, 27, 31 e 33, de setembro de 1971, dezembro 1973, julho 1977 e dezembro 1979, respectivamente.

¹¹ SUDENE; *Produto e Formação Bruta de Capital, Nordeste do Brasil*. MINTER/SUDENE/CPR, Recife 1979.

¹² SINGER, H. W.; op. cit., pág. 115.

TABELA 1
Renda "Per Capita"
Cr\$/Hab.

Anos	Nordeste	Brasil	NE/BR (%)
1939	0,48	0,97	49,5
1947	1,31	2,91	45,0
1948	1,48	3,35	44,2
1949	1,60	4,24	37,7
1950	1,93	4,48	43,1
1951	2,11	5,06	41,7
1952	2,44	6,11	39,9
1953	2,69	7,00	38,4
1954	3,55	8,92	39,8
1955	4,27	10,99	38,9
1956	5,59	13,44	41,6
1957	6,77	15,91	42,6
1958	7,35	18,04	40,7
1959	11,66	27,89	41,8
1960	15,24	31,98	47,7
1961	21,35	46,88	45,5
1962	36,62	74,59	49,1
1963	62,34	131,25	47,5
1964	119,99	243,03	49,4
1965	182,22	453,88	40,1
1966	242,33	619,76	39,1
1967	335,72	826,33	40,6
1968	422,49	1.116,63	37,8
1969	523,20	1.427,08	36,7
1970	634,55	1.795,47	35,3

FONTE: Tabelas A1 e A3 do Apêndice.

mados, tendo em vista que aquela entidade não computa para cálculo das rendas internas regionais (embora o faça para o Brasil), os dados referentes a construção civil e serviços industriais de utilidade pública,¹³ setores bastante expressivos para a economia nordestina.

TABELA 2
Renda "Per Capita"
Cr\$/Hab.

Anos	Nordeste	Brasil	NE/BR (%)
1971	995,82	2.351,18	42,4
1972	1.294,05	2.999,00	43,1
1973	1.829,62	4.014,42	45,6
1974	2.477,86	5.711,15	43,4
1975	3.598,02	7.920,89	45,4
1976	5.431,69	11.893,98	45,7

FONTE: Tabelas A2 e A3 do Apêndice.

Assim, deve-se ter em mente estas falhas quando se comparam a renda interna do Nordeste e a renda interna do Brasil. Um fato, porém, emerge das Tabelas 1 e 2 com bastante clareza: o planejamento econômico implantado no Nordeste não foi suficiente sequer para repor o Nordeste na posição que o mesmo ocupava já em 1939. Se se levar em consideração que as estimativas para aquele ano subestimavam a renda regional, então fica evidente a queda de posição da renda do nordestino quando em confronto com a renda do brasileiro.

Ressalte-se que o problema da renda "per capita" foi reduzido pelo fenômeno da emigração, pois a população nordestina, que representava 35,1% da população brasileira em 1939, passou a representar apenas 29,6% em 1976. Assim, os dados absolutos de renda interna mostram um declínio muito mais acentuado que aqueles de renda "per capita": enquanto, para os primeiros tinha-se uma queda de posição de 17,32% em 1939 para 13,5% em 1976, os segundos apresentavam uma participação de 49,5% em 1939 e 45,7% em 1976.

¹³ FGV; Contas Nacionais do Brasil. FGV/IBRE/CCN, Rio de Janeiro 1972.

Tendo em vista que o planejamento econômico implantado na Região se restringiu basicamente a um mal-elaborado programa de industrialização, será interessante verificar-se o desempenho do valor da Transformação Industrial nordestino em face do desempenho do VTI brasileiro. Os dados da Tabela 3 revelam que, também para esta variável, os resultados do planejamento econômico regional não foram muito auspiciosos. Na verdade, foram decepcionantes.

TABELA 3
Valor da Transformação Industrial
Nordeste/Brasil

Anos	Participação do VTI Nordestino no VTI Brasileiro (%)
1940	10,9
1950	9,5
1960	7,7
1970	5,8
1975 *	7,2

FONTE: BAER, W. e GEIGER, P. P.; "Industrialização, Urbanização e a Persistência das Desigualdades Regionais no Brasil", em BAER, GEIGER e HADDAD (eds.): **Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro**. Editora Campus, 1978.

* Estimativa do BNB/ETENE.

Como já foi dito anteriormente, estas variáveis apenas indicam que a situação econômica do Nordeste, em comparação com a situação econômica do Brasil, não variou substancialmente. Mas seria possível que a população nordestina tivesse auferido um ganho de bem-estar dos mais altos, bastando para isso que a renda real "per capita", por exemplo, tivesse decuplicado. Nesse caso, bastaria que a renda brasileira também tivesse decuplicado e a relação entre os dois permaneceria a mesma, o que não implicaria que o nordestino não tivesse auferido do progresso econômico ocorrido no país durante o período estudado.

Na verdade, em termos reais, a região Nordeste apresentou considerável crescimento econômico. E esse crescimento pode ser facilmente detectado, quando se analisa a renda interna do Nordeste a preços constantes. De acordo com os dados das contas nacionais fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas,¹⁴ a renda interna do Nordeste, a preços de 1976, crescia de um montante de 24,914 bilhões de cruzeiros em 1949 para 43,076 bilhões em 1959 e 67,162 bilhões em 1970. Para 1976, as estimativas indicam um valor em torno de 173,722 bilhões de cruzeiros para a renda interna da Região.

Visto que houve um crescimento real da economia nordestina durante o período analisado, terá este crescimento melhorado a remuneração da força de trabalho nordestina, quando comparada com a remuneração da força de trabalho brasileira? De acordo com as estimativas de Geraldo Langoni¹⁵, a remuneração média da População Economicamente Ativa (PEA) nordestina passou de 85,92% da remuneração média da PEA brasileira, em 1960, para 55,67%, em 1970. Mas, significará isto que o bem-estar da força de trabalho nordestina se deteriorou em termos da situação da força de trabalho brasileira?

Se os custos da “cesta” de bens e serviços necessários para que se obtenha um razoável nível de bem-estar mantiveram a mesma proporção que a remuneração média, então não houve mudança significativa no bem-estar da PEA nordestina em comparação com a PEA brasileira. Porém, se o custo dessas “cestas” for o mesmo em ambas as regiões, então fica claro que a PEA nordestina de 1970 está em situação inferior à de 1960, quando comparada com a PEA brasileira.

Utilizando-se de dados de pesquisa do ENDEF, de 1974, Peter Knight e Associados¹⁶ estimaram os gastos anuais necessários para a aquisição de uma “cesta” básica de alimentos no Nordeste, no Rio de Janeiro e na região Sul do País. Com os dados compilados calculou-se que no Nordeste se gastaria 84,84% do que se gastaria no Sudeste e Sul, em 1974, para adquirir esta mesma cesta de alimentos (a “cesta” consistia de 16 produtos, tais como: arroz, pão, carne, porco, macarrão, farinha de trigo, batata, feijão, galinha, ovos, leite, etc.). Ora, se em 1974 a renda “per capita” do nordestino era apenas 43,4% da renda “per capita” do brasileiro, é fácil verifi-

¹⁴ FGV; Conjuntura Econômica, vol. 31, no. 7, julho 1977.

¹⁵ LANGONI, C. G.; *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Editora Expressão e Cultura, Rio, 1973.

¹⁶ KNIGHT, P. T. et alii; “Health, Nutrition, and Education”, in *Brazil. Human Resources Special Report. A World Bank Country Study*, 1979.

car a posição de inferioridade da situação alimentícia do nordestino, quando comparada com aquela do brasileiro (já que o Sudeste e o Sul determinam a renda do Brasil).

Mas, mesmo assim, não se pode afirmar que a PEA nordestina piorou de situação em termos absolutos: ela apenas não melhorou tanto como a PEA brasileira.

Assim, dos dados apresentados nas Tabelas 1, 2 e 3, a única conclusão a que se pode chegar é que, em relação ao Brasil e no que diz respeito às variáveis utilizadas, o Nordeste não melhorou sua situação, havendo, inclusive, indícios de que tal situação tenha-se deteriorado. Mas, repita-se, isso não quer dizer que o Nordeste não se tenha desenvolvido, indica apenas que a Região não se desenvolveu tanto quanto o Brasil.

DISPONIBILIDADES DE SERVIÇOS BÁSICOS

Um reflexo do crescimento econômico do Nordeste poderia ser o aumento das disponibilidades de serviços básicos, tais como estradas pavimentadas, potência energética instalada, aparelhos telefônicos, água encanada e instalações sanitárias. Estas cinco variáveis constituem o segundo conjunto de indicadores a que se fez referência acima e que podem representar uma melhoria do bem-estar econômico da sociedade. Os dados da Tabela 4 indicam que as disponibilidades por 1.000 habitantes das três primeiras variáveis escolhidas cresceram bem mais no Nordeste que para o Brasil como um todo. Assim é que a disponibilidade de estradas pavimentadas, no período 1960-1976, cresceu 5,76 vezes no Nordeste, contra um crescimento de, apenas, 3,05 vezes no Brasil, enquanto que a potência energética instalada aumentou 3,97 vezes no Nordeste contra um acréscimo de 3,24 vezes para o Brasil. No período que vai de 1962 a 1976, o número de aparelhos telefônicos, por 1.000 habitantes, no Nordeste, aumentou 3,64 vezes, enquanto que, para o Brasil, este aumento foi de 2,38 vezes.

No que se refere à percentagem de residências servidas com abastecimento d'água, o crescimento no Nordeste, no período 1950-73, foi de 3,84, enquanto que, para o Brasil, o aumento foi de 2,63 vezes. Já para a percentagem de residências servidas com instalações sanitárias (no período 1960-73), a variação (positiva) para o Nordeste foi de 2,49 vezes; para o Brasil esse aumento foi de, apenas, 1,64 vezes.

TABELA 4
Disponibilidade de Serviços Públicos no Nordeste e no Brasil

Anos	Estradas Pavimen- tadas Federais (km. por 1.000 habitantes)		Potência Energética Instalada (Kw) (por 1.000 habi- tantes)		Aparelhos Telefô- nicos (por 1.000 ha- bitantes)		Domicílios Servidos c/Abastecimento de Água (% s/Total de Domicílios)		Domicílios Servidos c/Inst. Sanitárias (% s/ Total de Do- micílios)	
	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil
1950	8,46	3,8	15,6
1955	0,025	0,039	18,43
1957	0,035	0,052
1960	0,066	0,127	15,30	60,25	6,1	23,8
1961	21,45	65,28
1962	2,68	15,69
1963	0,095	0,161	22,18	81,65	3,10	16,52
1964	3,21	16,31
1965	0,105	0,162	24,75	86,95	3,46	16,68
1966	3,67	16,71
1967	0,118	0,175	32,64	91,17	3,88	17,23
1968	0,151	0,222	30,99	95,25	4,34	14,58
1969	0,190	0,246	4,61	16,13
1970	0,222	0,259	34,95	119,75	13,5	33,3	8,0	26,6
1971	0,248	0,285	47,23	131,43	5,21	18,35
1972	0,273	0,301	51,42	139,11	5,48	19,31
1973	0,338	0,361	59,08	152,87	6,39	20,65	14,6	41,1	15,2	39,1
1974	0,358	0,371	66,99	170,59	7,38	28,14
1975	0,370	0,382	60,93	180,99
1976	0,380	0,387	60,75	195,17	9,75	37,31

FONTES: a) Anuário Estatístico do Brasil, FIBGE, vários anos.

b) PETER T. KNIGHT; RICARDO MORAN; "Housing, Water Supply, and Sewerage" in Peter T. Knight (ed.): Brazil Human Resources Special Report. A World Bank Country Study, 1979.

Deve-se chamar a atenção, no entanto, para o fato de que, mesmo com este substancial aumento das disponibilidades dos serviços acima citados, a situação no Nordeste ainda é de inferioridade, quando se comparam estas mesmas disponibilidades para a população brasileira. Somente para a disponibilidade de estradas pavimentadas, a situação nordestina se aproxima da do Brasil. No que se refere à potência energética instalada e número de aparelhos telefônicos, a situação, em 1976, indicava que, para cada 1.000 habitantes, o Brasil possuía 3,21 vezes a potência energética instalada no Nordeste e 3,83 vezes o número de aparelhos telefônicos disponíveis. O percentual de domicílios servidos com água encanada e instalações sanitárias, em 1973, era bem superior para o Brasil (no mínimo uma relação de 2,5: 1).

Vê-se acima que as variáveis regionais de renda, bem como as variáveis referentes às disponibilidades de alguns serviços básicos, embora tenham crescido (substancialmente ou não), mesmo assim estão bem abaixo dos valores dessas mesmas variáveis para o Brasil no seu todo. Assim, caberia agora indagar: qual o esforço dispendido pelo Governo Federal no sentido de corrigir esta discrepância? Infelizmente, não se dispõe de muitos dados para responder a esta pergunta, mas é possível apresentar algumas evidências acerca da ação do Governo Federal no Nordeste e no Brasil.

OS GASTOS DO GOVERNO FEDERAL NO NORDESTE

Tendo em vista que os dados sobre os gastos do Governo Federal no Nordeste não são encontrados em publicações sistemáticas e contínuas, procurar-se-á, apenas com as poucas informações de que se dispõe, apresentar uma visão, embora parcial e descontínua, do nível de esforço que o Governo da União tem dedicado à solução dos problemas econômicos e sociais que afligem o Nordeste. As variáveis que se tomarão por base são: gastos federais totais no Brasil e no Nordeste; empréstimos externos para financiar o desenvolvimento; recursos gastos em programas de industrialização; recursos gastos em programas de saúde, educação e saneamento.

Os dados da Tabela 5 revelam que os gastos públicos federais no Nordeste, quando comparados com os gastos da União no País, apresentam uma tendência ligeiramente declinante. Em 1961, ano que marcou, definitiva e praticamente, o começo do programa de desenvolvimento econômico da SUDENE, o Nordeste participava com 7,22% dos gastos totais do Governo Federal. Mas, infelizmente, nota-se que, ao iniciar-se o período do

“milagre brasileiro”, começa uma tendência marcante de declínio em tal participação, terminando com um magro 5,86% em 1973.

Pode-se até argumentar que essa queda se deve muito mais à grande expansão da economia brasileira, o que exigiu maiores investimentos do Governo Central em outras regiões, do que a uma limitação de recursos para o Nordeste. Mas, como explicar que os gastos do Governo Central atingem, em média, apenas 7,5% dos seus gastos totais em uma região que cobre 18% do território nacional e abriga em torno de 30% da população brasileira?

Mas, o que surpreende é que, mesmo os recursos destinados para os programas de desenvolvimento foram alocados em proporções bem inferiores para o Nordeste que para as outras regiões do País. No que se refere aos recursos externos, por exemplo, até 1973 o Nordeste só recebeu 8,93% dos recursos obtidos. Outro fator que pode ser citado é o que mostra a Tabela 6: o valor dos investimentos fixos de projetos aprovados pelo CDI para o Nordeste representam, em média, apenas 7% do que é investido no Brasil como um todo. Como se conciliar o fato de ter sido o Nordeste a primeira região brasileira a ser alvo de um programa de desenvolvimento bem definido (embora baseado quase exclusivamente no desenvolvimento industrial) e, ao mesmo tempo, receber fatia tão insignificante dos recursos para desenvolvimento e para a industrialização?

Com relação aos programas de desenvolvimento social, terão sido eles mais equitativamente distribuídos? Infelizmente a resposta parece ser negativa. Os dados da Tabela 7 não só mostram que as parcelas destinadas ao Nordeste estão bem abaixo de suas reais necessidades, como — e o mais importante — esta participação tem apresentado tendência declinante. Isto se torna muito mais significativo quando se tem em conta que é a população nordestina justamente a mais carente e a mais iletrada do País. Como pode uma população faminta ter saúde? E como pode esta população só receber 10-12% dos gastos com saúde pública no País? Os dados da Tabela 8 mostram que cada nordestino recebe, apenas, 72% do que recebe o brasileiro nos programas de saúde pública.

Quanto aos recursos do Fundo Nacional de Educação, tem-se a grata surpresa de verificar que o Nordeste tem uma participação quase equivalente à sua participação populacional e que tal participação se mostra ascendente. Já para os programas do PLANASA — Plano Nacional de Saneamento, a participação da região Nordeste se apresenta razoável — mas declinante — no

TABELA 5
Despesa Federal no Nordeste e no Brasil
1961 – 1974

(A Preços Correntes)

Cr\$ Milhões

Anos	Despesas Federais no Nordeste (A)	Despesas Federais no Brasil (B)	Relação A/B %
1961	30,3	419,9	7,22
1962	66,7	726,7	9,18
1963	112,4	1.277,6	8,80
1964	149,8	2.770,7	5,41
1965	271,7	4.412,9	6,16
1966	487,2	6.138,6	7,94
1967	833,2	8.173,0	10,19
1968	1.019,6	11.542,9	8,83
1969	1.214,6	18.651,5	6,51
1970	2.188,7	28.115,7	7,78
1971	2.184,6	26.142,5	8,36
1972	2.581,5	38.198,3	6,76
1973	3.071,3	50.766,9	6,05
1974	4.204,7	71.749,8	5,86

FONTES: (A) Albuquerque, R. C.; "Alguns Aspectos de Experiência Recente de Desenvolvimento do Nordeste" em Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 6, no. 2, agosto 1976.

(B) Anuário Estatístico do Brasil, 1974 e 1976.

TABELA 6
Programas de Desenvolvimento Econômico do Governo Federal

Anos	Distribuição Regional dos Empréstimos Oficiais para o Desenvolvimento US\$ Milhões			Valor dos Investimentos Fixos nos Projetos Aprovados pelo CDI Cr\$ Milhões de 1978		
	Nordeste	Brasil	NE/BR %	Nordeste	Brasil	NE/BR %
até 1969	239,7	2.387,0	10,04
1970	67,5	401,2	16,82
1971	20,2	511,9	3,95
1972	65,8	744,3	8,84
1973	10,0 *	17,8 *	56,17	5.134	101.311	5,1
1974	14.221	112.180	12,7
1975	5.258	58.731	8,9
1976	13.686	190.973	7,2
1977	2.581	67.804	3,8
1978 ¹	1.538 **	32.046 **	4,8

FONTES: a) DEA/CIAP; Esforços Nacionais e Necessidades de Financiamento Externo para o Desenvolvimento do Brasil. Washington, 1973.

* Até maio.

b) IPEA – Realizações do Governo Geisel (1974-1978). Brasília, março 1979.

** Jan/nov.

programa de água encanada; mas, em contrapartida, sua participação nas conexões de esgotos, embora ascendente, é bastante diminuta.

TABELA 7

Participação Relativa dos Gastos com Saúde

Pública, com Educação e Cultura, por Região

Regiões	% Gastos					
	Saúde Pública			Educação e Cultura		
	1951	1960	1970	1951	1960	1970
Norte	1,8	2,2	3,2	1,3	1,6	1,8
Nordeste	12,8	10,7	11,2	12,2	8,4	9,7
Sudeste	77,1	73,0	69,9	70,3	62,5	65,0
Sul	7,9	12,8	8,7	15,2	25,6	18,9
Centro-Oeste	0,6	1,3	7,0	1,0	1,9	4,6
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: BAER, W.; MAIMON, D. e GEIGER, P. P.; "O Impacto Regional das Políticas Econômicas no Brasil., F. IBGE, 1977 (mimeografado).

TABELA 8
Programas de Desenvolvimento Social do Governo Federal

Anos	Recursos do FNDE Cr\$ Milhões de 1978			Gastos com Programas de Saúde por Habitante Cr\$ 1,00 de 1978			Número de Conexões de Água Encanada			Número de Conexões ao Sistema de Esgotos		
	Nor- deste	Bra- sil	NE/ BR %	Nor- deste	Bra- sil	NE/ BR %	Nor- deste	Bra- sil	NE/ BR %	Nor- deste	Bra- sil	NE/ BR %
1972	761.000	3.135.000	24,3	89.385	1.551.532	5,8
1973	882.000	3.616.000	24,4	112.094	1.743.492	6,4
1974	1.716,3	6.631,8	25,9	308,93	455,52	67,8	1.002.000	4.149.000	24,2	127.367	1.857.732	6,9
1975	1.772,2	7.261,1	24,4	445,27	593,40	75,0	1.136.000	4.599.000	24,7	145.856	2.137.518	6,8
1976	1.927,2	7.642,3	25,2	555,62	774,73	71,7	1.284.000	5.951.000	21,6	164.900	2.355.494	7,0
1977	1.890,8	7.111,5	26,6	525,90	729,56	72,1	1.457.000	6.860.000	21,2	207.651	2.579.671	8,0
1978	2.452,5	8.620,7	28,4	607,72	812,79	74,8

FONTES: a) IPEA — Realizações do Governo Geisel (1974-1978). Brasília, março 1979.

(1) Dados provisórios.

b) PETER T. KNIGHT

RICARDO MORAN, "Housing, Water Supply, and Sewerage"; in Peter T. Knight (ed.), *Brazil Human Resources Special Report. A World Bank Country Study*, 1979.

A que conclusões pode-se chegar após a apresentação desses indicadores? Embora um pouco confusas, porque se, de um lado, a comparação Nordeste-Brasil apresenta quase sempre um comportamento descendente, por outro lado existem indícios de que houve uma certa melhoria de vida para a população nordestina, parece que dois fatos são bastante claros: a) o sistema de planejamento econômico foi incapaz de reduzir as disparidades regionais; e, b) o esforço do Governo Central tem sido insignificante para combater os graves e múltiplos problemas de uma população paupérrima, desnutrida e iletrada de 30 milhões de brasileiros.

ALGUNS INDICADORES DE BEM-ESTAR SOCIAL

A fim de apresentar uma visão, embora que parcial, do desenvolvimento do bem-estar experimentado pela população nordestina nos últimos 20-30 anos, apresentam-se a seguir alguns parâmetros sobre expectativa de vida, taxa de mortalidade e taxa de alfabetização.

Novamente aqui se tem a repetição do que ocorreu para os parâmetros econômicos: houve ao longo dos anos uma melhora dos índices nordestinos, mas, para nenhuma das variáveis analisadas, a situação nordestina se iguala à situação brasileira. Assim, o Nordeste iniciava a década de 70 com menor expectativa de vida, maior taxa de mortalidade e menor taxa de alfabetização.

Desta forma, para nenhum dos parâmetros analisados (exceção para a disponibilidade de estradas pavimentadas federais), conseguiu o Nordeste, nestes anos de planificação, igualar a posição de sua população à situação da população brasileira. E, o mais incrível, para alguns parâmetros houve mesmo queda de posição.

É possível que existam outros indicadores pelos quais se pudesse chegar a conclusões mais otimistas. É possível até que estes mesmos indicadores aqui tabulados apresentem resultados mais favoráveis à Região em anos mais recentes. Infelizmente não foi possível conseguir nem outros indicadores nem dados mais recentes. Assim, com as evidências de que se dispõe, não se pode chegar a outra conclusão que não seja a seguinte: o sistema de planejamento empregado a partir do começo dos anos 60, para a orientação da economia nordestina, se provocou uma melhoria nas condições econômicas da Região, esta melhoria não foi suficiente para mudar a posição do Nordeste em ter-

TABELA 9
Alguns Indicadores de Bem-Estar Social

Anos	Expectativa de Vida ao Nascer (No. de Anos)		Taxa de Mortalidade Geral p/1.000 habs.		Matrículas no 1o. Grau (da 1a. à 8a. Série), como Percentagem da População de Idade de 7 a 14 Anos		Matrículas em Curso Su- perior (Graduação e Pós- -Graduação), por 1.000 Habitantes	
	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil
1940	35,6	41,2
1950	37,0	43,6
1955	34	54
1960	42,5	49,6	0,67	1,35
1962	42	63
1965	15,4	9,3
1968	53	77
1970	47,9	55,7	14,2	9,2	62	80	2,11	3,55
1973	12,0	9,3
1974	67	85	3,77	9,13

FONTES: a) T. W. MERRICK
RICARDO MORAN; "Population", in P. T. Knight (ed.); **Brazil, Human Resources Special Report. A World Bank Country Study**, 1979.
b) FIBGE: Censos Demográficos, vários anos.
c) P. T. KNIGHT
D. MAHAR
R. MORAN; "Health, Nutrition, and Education", in P. T. Knight (ed.); **Brazil, Human Resources Special Report. A World Bank Country Study**, 1979.

mos do Brasil. O mais importante, no entanto, é que as condições de vida do nordestino não apresentaram melhoria significativa, sendo que, no começo da década de 70, o Nordeste ainda apresentava o maior índice de desemprego do País, a menor expectativa de vida e o maior índice de analfabetos da nação brasileira. Será possível que esta situação tenha-se modificado de 1970 para cá? Se se tomam os gastos federais como referência, a resposta é que, possivelmente, nada tenha mudado substancialmente: o crescimento econômico e social do Nordeste, provavelmente seguiu seu crescimento vegetativo, seguindo o fluxo do próprio crescimento do País, porém, sem maiores ganhos da posição no que diz respeito ao bem-estar da sociedade.

O NORDESTE NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Como se viu anteriormente, os autores citados no início deste artigo posicionavam o Nordeste, em termos de renda "per capita" e para os meados dos anos cinquenta, acima da Índia, Paquistão, Haiti, Honduras e Burma e abaixo do Sri Lanka, Bolívia, Equador, Paraguai e Turquia.

Passadas duas décadas de planificação, teria o Nordeste melhorado sua posição na confrontação com esses países? Qual será a situação atual da Região no contexto das nações subdesenvolvidas, se é que é lícito fazer-se tal pergunta?

De acordo com os dados apresentados por R. L. Sivard¹⁷ (para os países citados mais o Brasil) e aqueles aqui compilados para o Nordeste, em 1976 a Região, Brasil, Paquistão, Haiti, Honduras, Burma, Sri Lanka, Bolívia, Equador, Paraguai e Turquia, apresentavam as seguintes características (veja Tabela 10).

Verifica-se, então, que, no que se refere à renda "per capita", o único ganho de posição do Nordeste foi com relação ao Sri Lanka; no mais tudo permanece como em meados dos anos cinquenta: acima da Índia, Paquistão, Haiti, Honduras e Burma e abaixo da Bolívia, Equador, Paraguai e Turquia.

A fim de visualizar-se a presumível posição do Nordeste no contexto internacional e, especialmente, no contexto dos países acima citados, estimou-se a colocação da Região, no que se refere a cada uma das variáveis constantes da Tabela 10, bem como sua colocação geral no "rank" dos

¹⁷ SIVARD, R. L.; op. cit.

países analisados por Sivard. A classificação do Nordeste apresentada na Tabela 11 se baseia na classificação apresentada pelo autor acima para 140 nações dos diversos continentes.

Vê-se, então, que o Nordeste, caso fosse uma nação, ocuparia o 17º lugar em área, o 24º em população e o 40º em termos de Produto Nacional Bruto. Mas, infelizmente, seria o 83º em produto “per capita”, o 81º quanto à taxa de alfabetização, o 78º em mortalidade infantil, o 72º em termos de expectativa de vida, bem como o 79º “país” na classificação geral (medida através do produto “per capita”, da taxa de alfabetização, da expectativa de vida e da mortalidade infantil).

Deve-se chamar a atenção que a metodologia aqui utilizada para se chegar à classificação geral do Nordeste no contexto das nações estudadas por Sivard¹⁸ é basicamente aquela de Morris¹⁹ com a única diferença que se adicionou o produto “per capita” para o cálculo do IQFV. As críticas levantadas contra a metodologia de M. D. Morris são, portanto, também válidas para o índice calculado neste trabalho. Usa-se tal metodologia, no entanto, porque não há melhor alternativa e porque com ela pôde-se comparar o Nordeste com 140 nações de todos os continentes.

A situação do Nordeste no contexto internacional seria a seguinte (veja Quadro I):

Constata-se, pois, que a Região, em relação ao Brasil e no que diz respeito às variáveis estudadas, estava, em 1976, em posição bem inferior àquela apresentada pelo País.

Os fatos — consideradas as variáveis econômicas e as sociais — sugerem ser oportuna e necessária uma avaliação do sistema de planejamento implantado no Nordeste, nos primórdios da década dos anos 60, bem como das políticas econômicas implementadas a nível nacional, mas que influenciam diretamente a economia nordestina.

Desta maneira, poder-se-ia, detectados os erros e acertos, sugerir uma correção de rumos dessas políticas e planos de desenvolvimento, para que se consiga tirar a Região da condição de área mais vasta e populosa do hemisfério ocidental, com tão grande índice de pobreza absoluta.

¹⁸ SIVARD, R. L.; op. cit.

¹⁹ MORRIS, M. D.; op. cit.

TABELA 10
Posição do Nordeste no Contexto Internacional
1976

Países ou Regiões	Área 1.000 km ²	Popula- ção (Mi- lhares)	PNB US\$ Milhões	PNB "Per Capita" US\$ 1.00	Gastos Pú- blicos "Per Capita"		Pop. No. Mé- dicos	Pop./ No. Lei- tos Hosp.	% Pop. c/Água Trata- da	Morta- lidade Infan- til	Expec- tativa de Vida (Anos)	Taxa de Al- fabe- tização % Pop.
					Saúde US\$ 1.00	Edu- cação US\$ 1.00						
Nor- deste	1.549	32.823	18,880 **	575 **	34	33	4.122 *	328	25	115	55	46 *
Brasil	8.512	115.389	125,600	1,088	13	28	1.646	289	55	109	62	66
Bolívia	1.099	4.822	2,906	603	6	16	2.097	438	34	157	48	40
Burma	677	31.206	3,952	127	1	2	5.475	1.139	17	140	50	76
Sri Lanka	66	13.856	3,073	222	4	7	6.241	338	19	47	68	80
Equador	284	7.104	5,091	717	7	25	2.007	526	36	70	60	72
Haiti	28	5.279	1,008	191	1	2	13.198	1.171	12	146	50	20
Honduras	112	3.285	1,173	357	10	14	3.495	714	41	115	54	53
Índia	3.288	632.375	86,139	136	2	4	4.106	1.336	31	129	50	36
Paquistão	804	73.227	13,324	182	1	4	3.814	1.927	25	130	51	21
Paraguai	407	2.910	1,685	579	2	8	1.275	746	13	65	62	81
Turquia	781	40.831	41,540	1,017	6	30	1.746	474	68	119	57	55

FONTES: a) SIVARD, R. L.; "World Military and Social Expenditures", World Priorities, USA, 1979.

b) MERRICK, T. W. e

MORAN, R.; "Population", in BRAZIL - Human Resources Special Report, World Bank Country Study, 1979.

c) KNIGHT, P. T. et alii; "Health, Nutrition, and Education", in BRAZIL - Human Resources Special Report, World Bank Country Study, 1979.

* Se refere ao ano de 1970.

** Estimativa do autor.

TABELA 11
NORDESTE BRASILEIRO: Sua Classificação no Contexto Internacional
Posição em 1976

Regiões ou Países	Área	População	PNB	PNB "Per Ca-pita"	Gastos Públicos "Per Ca-pita"		Pop./ No. Médi-cos	Pop./ No. Leitos Hospi-tais	% Pop. c/água tratada	Taxa de al-fabe-tização	Morta-lidade Infan-til	Expec-tativa de Vida	Classi-ficação Geral
					Saúde	Educa-ção							
Nordeste	17	24	40	83	47	67	85	64	91	81	78	72	79
Brasil	5	6	9	57	59	75	56	60	59	65	76	57	64
Bolívia	26	86	80	79	85	88	66	74	84	82	118	93	93
Burma	38	25	73	129	119	134	88	122	98	57	102	87	94
Ceilão (Sri Lanka)	110	43	78	110	91	109	90	65	96	51	48	43	63
Equador	66	68	68	71	79	76	63	86	81	62	59	64	64
Haiti	123	78	111	116	119	134	107	123	108	106	106	87	104
Honduras	95	96	110	97	68	92	80	105	74	74	78	74	81
Índia	7	2	15	125	110	120	84	128	88	88	89	87	97
Paquistão	34	9	51	118	119	120	82	135	91	105	90	86	100
Paraguai	51	102	101	82	110	107	47	106	107	50	57	57	62
Turquia	32	19	24	60	85	71	58	78	48	72	83	70	71

FONTE: R. L. SIVARD; World Military and Social Expenditures. World Priorities, Virginia, 1979.

QUADRO I

Continentes	Situação do Nordeste
América do Norte	Abaixo dos dois países daquele continente.
América Latina	Abaixo de todos os países, com exceção de: Guatemala, Haiti, Honduras, El Salvador e Bolívia. Igual a Equador.
Europa: Ocidental Oriental	Abaixo de todos os países. Abaixo de todos os países.
Ásia: Oriente Médio	Abaixo de todos os países, com exceção de: Egito, República Árabe do Iêmen, República Democrática do Povo do Iêmen, Jordânia e Síria.
Do Sul Extremo Oriente	Acima de todos os países. Abaixo de todos os países, com exceção de: Burma, Cambodja, China, Indonésia, Laos, Tailândia e Vietnã.
Oceania	Abaixo de todos os países, com exceção de Papua Nova Guiné.
África	Acima de todos os países, com exceção de: Argélia, Gabão, Líbia, Maurício, África do Sul e Tunísia.

FONTES: a) Tabela 11.

b) R. L. Sivard; *World Military and Social Expenditures. World Priorities*, Virginia, 1979.

ANEXO

TABELA A1
REDA INTERNA
NORDESTE E BRASIL

Preços Correntes

Cr\$ 1.000,00

Anos	Nordeste	Brasil	NE/BR (%)
1939	6.852,2	39.564,7	17,32
1947	22.067,5	141.133,9	15,64
1948	25.442,2	166.174,5	15,31
1949*	28.223,0	215.071,0	13,12
1950	34.599,2	232.745,4	14,87
1951	38.773,8	270.932,0	14,31
1952	45.856,4	337.260,6	13,60
1953	51.680,1	398.769,7	12,96
1954	69.727,7	523.458,9	13,32
1955	85.716,8	665.334,5	12,88
1956	114.718,9	839.600,6	13,66
1957	142.054,3	1.025.416,8	13,85
1958	157.569,0	1.199.547,2	13,14
1959*	255.669,0	1.914.006,0	13,36
1960	338.021,1	2.241.195,5	15,08
1961	484.873,6	3.379.888,2	14,35
1962	851.714,5	5.532.675,2	15,39
1963	1.484.365,8	10.016.646,1	14,82
1964	2.925.574,2	19.082.633,1	15,33
1965*	4.549.514,6	36.666.700,0	12,41
1966**	6.195.419,2	51.512.700,0	12,03
1967**	8.788.923,1	70.665.500,0	12,44
1968**	11.326.204,5	98.248.000,0	11,53
1969**	14.362.959,0	129.187.700,0	11,12
1970*	17.838.393,0	167.228.500,0	10,67

FONTE: NORDESTE: a) CE, Vol. 25, no. 9, setembro 1971.

b) CE, vol. 27, no. 12, dezembro 1973.

c) * CE, vol. 31, no. 7, julho 1977.

BRASIL: a) CE, vol. 25, no. 9, setembro 1971.

b) * CE, vol. 31, no. 7, julho 1977.

c) ** CE, vol. 33, no. 12, dezembro 1979.

TABELA A1
REDA INTERNA
NORDESTE E BRASIL

Preços Correntes

Cr\$ 1.000,00

Anos	Nordeste	Brasil	NE/BR (%)
1939	6.852,2	39.564,7	17,32
1947	22.067,5	141.133,9	15,64
1948	25.442,2	166.174,5	15,31
1949*	28.223,0	215.071,0	13,12
1950	34.599,2	232.745,4	14,87
1951	38.773,8	270.932,0	14,31
1952	45.856,4	337.260,6	13,60
1953	51.680,1	398.769,7	12,96
1954	69.727,7	523.458,9	13,32
1955	85.716,8	665.334,5	12,88
1956	114.718,9	839.600,6	13,66
1957	142.054,3	1.025.416,8	13,85
1958	157.569,0	1.199.547,2	13,14
1959*	255.669,0	1.914.006,0	13,36
1960	338.021,1	2.241.195,5	15,08
1961	484.873,6	3.379.888,2	14,35
1962	851.714,5	5.532.675,2	15,39
1963	1.484.365,8	10.016.646,1	14,82
1964	2.925.574,2	19.082.633,1	15,33
1965*	4.549.514,6	36.666.700,0	12,41
1966**	6.195.419,2	51.512.700,0	12,03
1967**	8.788.923,1	70.665.500,0	12,44
1968**	11.326.204,5	98.248.000,0	11,53
1969**	14.362.959,0	129.187.700,0	11,12
1970*	17.838.393,0	167.228.500,0	10,67

FONTE: NORDESTE: a) CE, Vol. 25, no. 9, setembro 1971.

b) CE, vol. 27, no. 12, dezembro 1973.

c) * CE, vol. 31, no. 7, julho 1977.

BRASIL: a) CE, vol. 25, no. 9, setembro 1971.

b) * CE, vol. 31, no. 7, julho 1977.

c) ** CE, vol. 33, no. 12, dezembro 1979.

TABELA A2
NORDESTE E BRASIL
Renda Interna e PIB_{PM}
Valores Correntes

Anos	Nordeste		Brasil		Cr\$ Milhões	
					A/C	B/D
	RI A	PIB _{PM} B	RI C	PIB _{PM} D	%	%
1965	5.071,7	5.863,3	36.666,7	44.073,1	13,8	13,3
1966	7.033,5	8.148,3	51.512,7	63.746,1	13,7	12,8
1967	9.590,2	10.860,3	70.667,5	86.171,0	13,6	12,6
1968	12.749,0	14.632,4	98.248,0	122.430,6	13,0	12,0
1969	16.576,9	19.131,1	129.187,7	161.900,3	12,8	11,8
1970	20.625,3	23.867,2	167.228,5	208.300,8	12,3	11,5
1971	28.602,9	32.890,0	224.423,0	276.807,5	12,7	11,9
1972	37.976,6	43.718,5	293.365,9	363.167,4	12,9	12,0
1973	54.861,3	62.912,1	402.444,0	498.307,3	13,6	12,6
1974	75.913,8	87.427,6	586.755,7	719.519,1	12,9	12,2
1975	112.628,0	128.430,8	833.985,2	1.009.379,6	13,5	12,7
1976	173.722,2	201.452,2	1.283.399,5	1.560.271,1	13,5	12,9
1977	259.588,1	301.990,9	1.910.132,5	2.321.924,6	13,6	13,0
1978*	385.153,2	447.852,5	2.819.350,6	3.410.018,6	13,7	13,1
1979*	628.184,8	730.447,4	4.605.352,9	5.589.020,5	13,6	13,1

FONTE: NORDESTE — PIB: Produto de Formação Bruta de Capital 1965-77.
SUDENE, 1979.

RI: Dados ajustados pelo autor.

BRASIL — PIB, RI: Conjuntura Econômica, vol. 33, no. 12, dezembro de 1979.

*Estimativa.

TABELA A3
POPULAÇÃO
NORDESTE E BRASIL

1.000 hab.

Anos	Nordeste	Brasil	NE/BR (%)
1939	14.255,1	40.628,2	35,1
1940	14.434,1	41.236,3	35,0
1947	16.827,0	48.439,0	34,7
1948	17.202,0	49.577,0	34,7
1949	17.582,0	50.745,0	34,6
1950	17.973,4	51.944,4	34,6
1951	18.372,0	53.545,0	34,3
1952	18.778,0	55.203,0	34,0
1953	19.196,0	56.921,0	33,7
1954	19.622,0	58.701,0	33,4
1955	20.062,0	60.546,0	33,1
1956	20.512,0	62.459,0	32,8
1957	20.973,0	64.443,0	32,5
1958	21.446,0	66.501,0	32,2
1959	21.932,0	68.635,0	32,0
1960	22.181,9	70.070,5	31,7
1961	22.712,2	72.093,3	31,5
1962	23.255,6	74.174,4	31,4
1963	23.812,3	76.315,7	31,2
1964	24.382,6	78.518,8	31,1
1965	24.967,0	80.785,5	30,9
1966	25.565,8	83.117,6	30,8
1967	26.179,3	85.517,0	30,6
1968	26.807,9	87.985,8	30,5
1969	27.452,0	90.525,7	30,3
1970	28.111,9	93.139,0	30,2
1971	28.722,9	95.451,4	30,1
1972	29.347,2	97.821,1	30,0
1973	29.985,1	100.249,7	29,9
1974	30.636,9	102.738,6	29,8
1975	31.302,8	105.289,3	29,7
1976	31.983,1	107.903,3	29,6

FONTE: BNB-ETENE — Estimativas com base na taxa geométrica de crescimento anual, calculada com dados definitivos dos censos demográficos da Fundação IBGE de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e preliminares de 1980.

OBS.: Dados até 1959 se referem à população presente; a partir de 1960, se referem à população residente.

QUADRO A 1
Relação dos Países Analisados por R. L. Sivard

Continente	Países
América do Norte	Estados Unidos e Canadá.
América Latina	Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Trindade, Tobago, Uruguai e Venezuela.
Europa Ocidental	Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha Ocidental, Grécia, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Turquia, Inglaterra, Albânia, Áustria, Finlândia, Irlanda, Malta, Espanha, Suécia, Suíça e Iugoslávia.
Europa Oriental	Bulgária, Checoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Romênia e Rússia.
Ásia: Oriente Médio	Bahrein, Chipre, Egito, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Catar, Arábia Saudita, Síria, Emirados Árabes Unidos, República Árabe do Iêmen e República Democrática do Povo do Iêmen.
Ásia do Sul	Afeganistão, Bangladesh, Índia, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.
Ásia: Extremo Oriente	Burma, Camboja, China, Indonésia, Japão, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Laos, Malásia, Mongólia, Filipinas, Cingapura, Formosa, Tailândia e Vietnã.
Oceania	Austrália, Fiji, Nova Zelândia e Papua Nova Guiné.
África	Argélia, Angola, Benin, Botsuana, Burundi, Camarões, Império Central Africano, Chade, Congo, Guiné, Equatorial, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Costa do Marfim, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malavi, Mali, Mauritânia, Maurício, Marrocos, Moçambique, Níger, Nigéria, Rodésia, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Alto Volta, Zaire e Zâmbia.

FONTE: R. L. SIVARD; World Military and Social Expenditures. World Priorities, Virginia, 1979.

Abstract: In this article, there is a snapshot of Northeast's economic and social situation, when compared with Brazil and several underdeveloped countries. The data concern periods before 1960 and after 1970. Several variables are object of comparison, such as: "per capita" income (or GNP "per capita"), public expenditures "per capita" in education and health, population with safe water, life expectancy, mortality rate, population per hospital bed, population per physician and literacy rate. Using R. L. Sivard's study, the author estimate the ordinal position of Northeast in a rank covering 140 nations.